

- Pág. 3 Estudo sobre evolução da economia brasileiras nos últimos 20 anos
- Pág. 3 Após período eleitoral, governo vai reabrir diálogo sobre mandato classista
- Pág. 4 Poder Executivo encaminha Projeto de Lei Orçamentária para 2015



Assecor realiza processo **eleitoral** para mandato **2015-2016**

No dia 23 de outubro, a Associação realizará as votações para as eleições referentes ao próximo biênio. Os associados poderão eleger as chapa da Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo pela internet ou via postal (apenas para aposentados) da Assecor e Assecor Sindical.

A cédula eleitoral será enviada pelos correios no dia 3 de outubro e deverá ser devolvida com os votos à Assecor até o

dia das eleições. Junto à cédula serão enviadas as instruções para votação. As cédulas da Assecor e da Assecor Sindical serão enviadas separadamente e as duas deverão ser preenchidas, visto que se uma delas não for marcada o voto será considerado inexistente.

Os documentos referentes às eleições podem ser consultados no site www.assecor.org.br.

Fique atento: as eleições acontecem no dia 23 de outubro de 7h às 20h.

A participação de todos se faz necessária para que a Assecor possa ganhar mais força para os futuros trabalhos.

Editorial

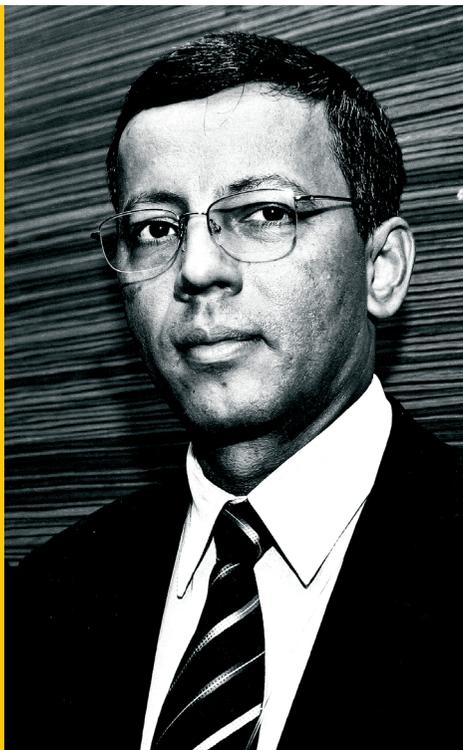
Caros,

Em setembro realizamos mais um Seminário como parte da estratégia de valorização da carreira de planejamento e orçamento. A participação nos debates promovidos pela Associação nos ajuda individualmente, enquanto profissionais inseridos em contextos de trabalho nos quais nossa contribuição certamente será mais qualificada pela reflexão e acúmulo de conhecimento proporcionado pelo Seminário. Entretanto, o valor de tais eventos extrapola a dimensão da formação pessoal. Por exemplo, algumas das idéias que lançamos no Seminário de 2013 estão sendo tratadas por pesquisadores do IPEA, visando oferecer uma alternativa de reorganização do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal - SPOF ao novo governo que emergirá das eleições de outubro. Ao promovermos e participarmos de discussões sobre temas caros ao desenvolvimento nacional, nos tornamos mais conhecidos e respeitados no meio acadêmico, entre os políticos e formadores de opinião e dentro do próprio Governo. Agradecemos a participação de todos os que puderam comparecer. As discussões ocorridas durante o evento podem ser acessadas em www.assecor.org.br/seminario2014.

Em outubro teremos eleições na Assecor! Contamos com a participação de todos. Deveremos nesse momento fazer uma reflexão sobre nossos acertos e erros nos últimos anos e aumentar nossa união para que no próximo biênio alcancemos ainda mais conquistas.



Eduardo Rodrigues
Presidente ASSECOR



Expediente

Presidente: **Eduardo Rodrigues**

Vice-presidente: **Antonio Manoel Rodrigues Magalhães**

Jornalista responsável: **Natália Pereira (MTB 65414/DF)**

Projeto gráfico: **Curupira Desing**

Gerência administrativa: **Valdinéia Brito**

Atendimento: **Jason Oliveira, Iracema Guedes**

Apoio administrativo: **Jadson Valentim**

Uma publicação da
ASSECOR - Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento

SEPN Qd.509 Ed. Isis 1.º Andar Sala 114
Asa Norte - Brasília/DF - CEP. 70750-504
Fone/Fax: (61) 3340-0195 / 3274-3132



www.assecor.org.br



facebook.com/assecor



twitter.com/assecor



Estudo sobre evolução da economia brasileiras nos últimos 20 anos

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE elaborou um trabalho com o objetivo de reunir um conjunto de informações, de instituições oficiais e privadas, relativas à evolução da economia brasileiras nos últimos vinte anos (1994-2014). Este período foi marcado por intensas transformações no cenário nacional e internacional.

Espera-se que a sistematização desse conjunto de informações, embora limitada em seu escopo e no nível de desagregação dos dados, possa ser de utilidade para os participantes do Seminário Brasil em Perspectiva II e, de modo geral, para os interessados na discussão das questões estruturais, dos desafios e das opções estratégicas do desenvolvimento econômico e social do País.

Confira o estudo na íntegra em nosso site www.assecor.org.br.

Após período eleitoral, governo vai reabrir diálogo sobre mandato classista

O presidente do Fonacate, Roberto Kupski, e o senador Paulo Paim (PT/RS) conversaram esta manhã sobre a audiência pública para debater a liberação dos servidores públicos para o exercício do mandato classista.

Autor do requerimento apresentado à Comissão de Assuntos Sociais, Paulo Paim garantiu que a audiência para discutir a "Licença Classista Remunerada" deve ser marcada assim que encerrar o período eleitoral.

Durante a conversa, que ocorreu no cafezinho do plenário do Senado Federal, Kupski agradeceu ao senador por intermediar o encontro da Diretoria do Fórum com o ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Ricardo Berzoini, para tratar

do veto presidencial à emenda de alteração do art. 92 da Lei 8.112/90, que previa melhorias na licença para o exercício de mandato classista.

O presidente do Fonacate também contou para o senador sobre a reunião com o Assessor Especial da Presidência da República, José Lopez Feijóo, que informou que o veto à emenda do artigo 92 se deu porque a proposta estava "bastante inchada e aumentaria os gastos públicos".

Paulo Paim se colocou à disposição das carreiras de Estado para a regulamentação do exercício classista e disse que a realização da audiência pública será o primeiro passo na busca do entendimento com o governo.



Poder Executivo encaminha Projeto de Lei Orçamentária para 2015

A Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Miriam Belchior, encaminhou ao Congresso Nacional a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2015. Pela peça orçamentária, está previsto um aumento de 8,84% no

salário mínimo, passando dos atuais R\$ 724 para R\$788,06, a partir de 1º de janeiro de 2015. A previsão é que o Produto Interno Bruto (PIB) cresça 3% no próximo ano e a inflação fique no patamar de 5%.

Tão logo o texto da proposta seja disponibilizado, o encaminharemos.

Confira a apresentação da LOA 2015 em nosso site www.assecor.org.br

Consultorias do Congresso lançam informativo sobre projeções do Orçamento para 2015

As consultorias de orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado divulgaram um informativo conjunto sobre o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA – PLN 13/14) de 2015.

O trabalho destaca que as projeções macroeconômicas do governo federal são mais otimistas que as do mercado. Enquanto a previsão do Poder Executivo é de 5% de inflação e crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 3%, a aposta do mercado – segundo o relatório Focus divulgado pelo Banco Central em 29 de agosto – é que a inflação no próximo ano ficará ao redor de 6,29% e o PIB alcançará um aumento de apenas 1,1%.

Entregue pelo Executivo ao Congresso Nacional na semana passada, a proposta fixa em R\$ 788,06 o salário mínimo para o próximo ano. O valor representa um aumento de 8,84% em relação ao salário atual, de R\$ 724.

O informativo ressalta também que, segundo a proposta do Executivo para o Orçamento do próximo ano, as despesas do governo com a Seguridade Social (saúde pública, assistência social e Previdência Social) serão de R\$ 784,4 bilhões, enquanto sua receita será de R\$ 694,8 bilhões. A diferença, de R\$ 89,5 bilhões, terá de ser coberta com outras receitas orçamentárias.

Servidores públicos

Em relação aos recursos para reestruturação de carreiras e aumento de remuneração dos servidores públicos, as consultorias informam que o projeto reserva R\$ 15,5 bilhões, sendo R\$ 348 milhões para o Legislativo; R\$ 1,3 bilhão para o Judiciário; R\$ 214 milhões para o Ministério Público da União; R\$ 10 milhões para a Defensoria Pública da União; e R\$ 11,2 bilhões para o Poder Executivo. Além disso, autoriza despesas com criação e provimento de cargos em 2015 da ordem de R\$ 2,4 bilhões.

Os consultores destacam ainda que as despesas com o programa Bolsa Família estão previstas em R\$ 27,1 bilhões em 2015, o que corresponde a 0,47% do PIB. Já as despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são estipuladas em R\$ 65 bilhões, divididos pelas áreas de transporte, educação, defesa nacional, urbanismo, gestão ambiental, saneamento e outras despesas e encargos especiais.